



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental

| | | | |
|--|-------|----------------------------|--|
| PARECER ÚNICO | | PROTOCOLO Nº. 0932523/2012 | |
| Indexado ao(s) Processo(s) | | | |
| Licenciamento Ambiental Nº 12199/2005/002/2012 | REVLO | Deferimento | |

| | |
|---|----------------------|
| Empreendimento: Ildomar José Franco Pereira e Outro - Fazenda São Lourenço MAT. 3.021 | |
| CPF: 025.666.226-63 | Município: Ituiutaba |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------|
| Bacia Hidrográfica: Rio Paranaíba | Sub Bacia: Rio Tijuco |
|-----------------------------------|-----------------------|

| | | |
|--|---|---------------|
| Atividades objeto do licenciamento: | | |
| Código DN 74/04 | Descrição | Classe |
| G-02-05-4 | Suinocultura – crescimento e terminação | 3 |
| G-01-03-1 | Culturas Anuais | NP |
| G-02-10-0 | Criação de Bovinos de Corte (extensivo) | NP |

| | |
|---|--|
| Medidas mitigadoras: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO | Medidas compensatórias: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO |
| Condicionantes: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO | Automonitoramento: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados Antonio Carlos Pinto Filho | Registro de classe CREA 1746/D |
|---|-----------------------------------|

| | |
|--------------------------------|------------------|
| Relatório de vistoria: 71/2012 | DATA: 19/09/2012 |
|--------------------------------|------------------|

| | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------------|
| Data: 20/11/2012 | | |
| Equipe Interdisciplinar: | Registro de classe | Assinatura |
| Camila Aguiar Campolina | MASP 1.253.695 – 9 | |
| Anderson Mendonça Sena | MASP 1225.711-9 | |
| Dayane Aparecida Pereira de Paula | MASP 1.217.642-6 | |
| Kamila Borges Alves – Ciente | MASP 1.151.726 – 5 | |
| José Roberto Venturi - Ciente | MASP 1.198.078 – 6 | |

| | | |
|---------------|--|--|
| SUPRAM – TMAP | Praça Tubal Vilela 03– Uberlândia – MG CEP 38400-186 – Tel: (34) 3237-3765 / 2983 | DATA: 20/11/2011 Página: 1 ^ª / 12 ^ª |
|---------------|--|--|



1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de obter a Revalidação da Licença de Operação - REVLO do empreendimento Fazenda São Lourenço MAT 3.021, o empreendedor Ildomar José Franco Pereira e outro, formalizou o processo nº 12199/2005/002/2012 no dia 09/08/2012 mediante a apresentação de toda a documentação listada no FOB – Formulário de Orientação Básica, documento registrado sob o número 464253/2012, emitido no dia 03/07/2012. Dentre os documentos relacionados, destaca-se a apresentação do RADA – Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental acompanhado da respectiva Anotação de responsabilidade Técnica.

De acordo com FCE – Formulário de Caracterização do Empreendimento e com os estudos apresentados, a atividade de Suinocultura (crescimento e terminação), desenvolvida no empreendimento, se enquadra na Deliberação Normativa COPAM nº 74 de 09 de Setembro de 2004, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº. 130/2008, no código G-02-05-4, como médio porte (M) e classe 3. Outras atividades desenvolvidas no empreendimento (criação de bovinos de corte e culturas anuais) são enquadradas como não passíveis de licenciamento.

O empreendimento obteve anteriormente em 11/10/2006 Licença de Operação Nº 029, conforme Processo administrativo nº 12199/2005/001/2006, com validade até 11/10/2012.

As informações aqui relatadas foram extraídas dos estudos apresentados e por constatações em vistoria realizada pela equipe técnica no dia 19/09/2012, conforme Relatório de vistoria nº. 71/2012.

2. CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES DA LO

Conforme Parecer técnico nº 167010/2006 o qual veio a subsidiar a aprovação da LOC deste empreendimento, foram condicionadas no Anexo 1, o seguinte:

- Condicionante nº. 01 – Construção de um sistema de fossa séptica biodigestora conforme projeto elaborado pela EMBRAPA para as casas de moradia. Prazo: 120 dias.



Em vistoria foi constatada a instalação de 02 fossas sépticas com filtro anaeróbio e sumidouro, o que vêm a atender as normas legais. Condicionante Cumprida.

- Condicionante nº. 02 – Dar destinação final adequada conforme Resolução CONAMA nº 283/01 para agulhas, seringas frascos vazios de vacinas, medicamentos e suas embalagens. Prazo: durante a vigência da LOC.

Durante a vistoria, foi possível constatar que os resíduos descritos neste item estavam sendo armazenados corretamente em bobonas plásticas e segundo informado, estes são recolhidos pela empresa SADIA e destinados corretamente pela mesma. Condicionante Cumprida.

- Condicionante nº. 03 – Construção do sistema de biodigestores para o tratamento dos dejetos, conforme projeto descrito no PCA. Prazo: 120 dias.

Durante a vistoria foi constatado que o sistema de biodigestores estava instalado e em funcionamento. Condicionante Cumprida.

- Condicionante nº. 04 – Isolar a área de reserva legal em pastagem, para auxiliar a regeneração. Prazo: 120 dias.

Durante a vistoria constatamos o isolamento das áreas de reserva legal. Condicionante Cumprida.

3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A propriedade está localizada na zona rural do município de Ituiutaba – MG, nas coordenadas geográficas 19º 02' 14" latitude sul e 49º 19' 34" latitude oeste. O acesso se faz pela MG 025.

Uso e ocupação do solo na propriedade:

| Uso e ocupação do solo | Área (hectares) |
|--------------------------------------|-----------------|
| Reserva legal | 49,61,00 |
| Área de Preservação Permanente total | 16,67,00 |
| Pastagens e culturas | 169,12,86 |



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental

| | |
|----------------------------------|------------------|
| Benfeitorias | 9,68,00 |
| Capoeira | 2,92,00 |
| Área total da propriedade | 248,00,86 |

O número de suínos no empreendimento contempla o total de 2.400 cabeças, os quais são locados em 02 galpões. O manejo se dá por processo de parceria comercial com a empresa SADIA S/A, onde há assistência técnica e veterinária fornecida pela mesma.

Os efluentes oriundos da suinocultura são canalizados até o sistema de tratamento composto por 02 biodigestores e uma lagoa de retenção. Os biodigestores fazem o tratamento necessário dos dejetos e após são lançados na lagoa de retenção impermeabilizada.

Após tratamento, os efluentes são utilizados como adubo orgânico nas áreas de culturas e pastagens da propriedade através da fertirrigação, que é feito com auxílio de chorumeira e canhão.

Os animais mortos (suínos) e restos placentários são dispostos em uma composteira que se encontra adequada. Estes resíduos permanecem durante o tempo de decomposição, após este são utilizados como adubo orgânico nas áreas de culturas da propriedade.

A água utilizada para o desenvolvimento desta atividade é proveniente de 03 poços tubulares já perfurados.

Há desenvolvimento também da atividade de bovinocultura, criação em sistema extensivo. O rebanho total gira em torno de 200 cabeças de animais.

Os produtos utilizados para o tratamento veterinários dos animais suínícolas, tais como seringas, frascos vazios de medicamentos e outros, ficam armazenados na propriedade até a sua destinação final (os mesmos são recolhidos pela empresa SADIA S/A).

Para manutenção das estruturas físicas do solo, na fazenda deverão ser adotadas medidas de curvas de nível, terraços, reflorestamento, combate a erosão, adubação e proteção das APP's.

Na granja existem as seguintes benfeitorias: casa sede, 03 casas de colonos, barracão de máquinas, galpões de suínos e composteira.



Os efluentes sanitários oriundos das casas que residem 03 funcionários são tratados em fossas sépticas com filtro anaeróbio e sumidouro.

Não há no empreendimento manutenção de máquinas, devido à proximidade com a cidade de Ituiutaba, o empreendedor realiza as manutenções na cidade. Para abastecimento das máquinas o empreendedor compra galões de diesel na cidade e abastece as máquinas na própria fazenda, devido ao pequeno consumo de diesel o empreendedor não implantará posto de abastecimento.

Resíduos sólidos não orgânicos passam pela coleta seletiva, implantada no empreendimento e o mesmo é destinado para o município de Ituiutaba - Cooperativa de reciclagem de Ituiutaba.

A energia elétrica utilizada é parte fornecida pela CEMIG.

4. RESERVA LEGAL

De acordo com o Registro de Imóvel apresentado, matriculado sob o número 36.021 a propriedade abrange uma área total de 248,00,86 hectares. A Reserva Legal está averbada dentro dos limites da propriedade objeto deste licenciamento, em área total de 49,61,00 hectares não inferior a 20% do total exigidos por lei.

A vegetação da área de Reserva legal é constituída por cerrado e parte em campo limpo em regeneração.

A Reserva Legal esta dividida em 02 Glebas, conforme quadro abaixo.

| Gleba nº. | Reserva Legal |
|-------------------|-----------------|
| Gleba 01 | 28,53,00 |
| Gleba 02 | 21,08,00 |
| Área Total | 49,61,00 |

5. AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Nesta fase do empreendimento, não houve requerimento para exploração florestal.



6. INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP

As Áreas de Preservação Permanente existentes no empreendimento compreendem toda a extensão do córrego Açude e das três vertentes que nascem dentro da propriedade, estando estas constituídas de vegetação nativa em bom estado de preservação, foi constatado durante a vistoria que estas áreas do empreendimento encontravam-se isoladas da presença de animais.

7. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HIDRICOS

Para suprir a demanda hídrica, o empreendimento conta com captação em três poços tubulares:

- Processo de outorga nº. 04374/2012 regularizado junto ao IGAM (análise técnica finalizada para o deferimento, aguardando apenas publicação). Finalidade de uso: consumo humano.
- Processos de outorga nº. 04373/2012 e 04375/2012 regularizados junto ao IGAM (análise técnica finalizada para o deferimento, aguardando apenas publicação). Finalidade de uso: consumo humano e dessedentação de animais.

8. IMPACTOS IDENTIFICADOS E MEDIDAS MITIGADORAS

- Possibilidades de ocorrências de processos erosivos - estes são mais ocorrentes quando não há cobertura do solo. No caso do empreendimento em questão, o solo está todo coberto por vegetação (culturas, gramíneas e reserva legal), e com as devidas medidas de controle como curvas de níveis, terraços e bolsões para a contenção das águas pluviais;

- Efluentes sanitários - Para o tratamento correto dos efluentes sanitários o empreendedor instalou 02 fossas sépticas que atende a demanda sanitária da fazenda. As fossas sépticas são compostas por filtro anaeróbio e sumidouro.

- Dejetos suínos – são tratados no sistema de biodigestor e direcionados para lagoa de retenção impermeabilizada. Posteriormente esse efluente tratado é utilizado no processo de fertirrigação de pastagem e culturas em cerca de 100 hectares da propriedade. Foi apresentada análises dos efluentes na entrada e na saída do biodigestor, as quais comprovam a efetividade do tratamento do dejetos.



- Efluentes oleosos (diesel) – deverão ser manuseados sobre piso impermeabilizado que contenha direcionamento para caixa separadora de água e óleo que deverá ser instalada visando à prevenção do impacto.

- Resíduos sólidos – é realizada a coleta seletiva onde os resíduos reciclados são destinados a Cooperativa de reciclagem de Ituiutaba e os orgânicos são direcionados para coleta da Prefeitura Municipal de Ituiutaba.

- Animais mortos – são encaminhados para a composteira e passam pelo processo de compostagem, após este processo, é usado o composto para adubação de pastagens e lavouras. O chorume gerado no processo de compostagem deve ser direcionado para o biodigestor;

- Resíduos de produtos veterinários (seringas, frascos remédios, etc.) – são recolhidos pela empresa integradora, SADIA, a qual deverá destinar corretamente estes resíduos.

9. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AMBIENTAL DURANTE A VIGENCIA DA LO

De acordo com o Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental, as medidas de controle dos impactos ambientais do presente empreendimento têm atendido as legislações vigentes.

No empreendimento todas as propostas descritas no RCA e PCA que subsidiou a licença ambiental anterior foram cumpridas, bem como todas as condicionantes proposta.

As medidas tomadas tratam-se basicamente de análises dos efluentes gerados na atividade de suinocultura, do manejo dos resíduos sólidos e do monitoramento do solo nas áreas de aplicação de efluente tratado.

10. CONTROLE PROCESSUAL

O processo encontra-se formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos



pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº. 74/2004.

O empreendimento enquadra-se como classe 3 e, portanto, deveria ter o prazo de validade da revalidação da licença de operação de 6 anos. Todavia, considerando que não possui autuação com decisão definitiva de aplicação de penalidade nos últimos três anos, faz jus ao benefício constante da DN COPAM nº. 17/96, § 1º, que se refere ao acréscimo de mais dois anos no prazo da licença. Dessa forma, a presente licença, se aprovada, deverá ter o prazo de validade de 8 anos.

11. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar de análise deste processo do ponto de vista técnico e jurídico opina pelo DEFERIMENTO da concessão da Revalidação da Licença de Operação para o empreendimento **Fazenda São Lourenço MAT. 36.021.**, localizado no município de **Ituiutaba/MG**, desde que atendidas às medidas mitigadoras de impactos ambientais descritas neste Parecer e no RADA apresentado, aliadas às condicionantes listadas neste parecer, ouvida a Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis.

Eventuais pedidos de alteração no prazo de cumprimento da condicionante estabelecida no Anexo deste Parecer Único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM TMAP, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental

Cabe esclarecer que a SUPRAM TMAP não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de sistemas de controle ambiental e programas de treinamento aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.

| Data: 20/11/2012 | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------------|
| Equipe Interdisciplinar: | Registro de classe | Assinatura |
| Camila Aguiar Campolina | MASP 1.253.695 – 9 | |
| Anderson Mendonça Sena | MASP 1.225.711-9 | |
| Dayane Aparecida Pereira de Paula | MASP 1.217.642-6 | |
| Kamila Borges Alves - Ciente | MASP 1.151.726 – 5 | |
| José Roberto Venturi - Ciente | MASP 1.198.078 – 6 | |



ANEXO I

| Processo COPAM N°. 12199/2005/002/2012 | | Classe/Porte: 3/M |
|--|--|--------------------------|
| Empreendimento: Fazenda São Lourenço | | |
| CPF: 025.666.226-63 | | |
| Atividade: Suinocultura crescimento e terminação; Culturas Anuais e Bovinocultura de Corte(extensivo). | | |
| Endereço: Estrada Municipal 025 | | |
| Localização: zona rural | | |
| Município: Ituiutaba / MG | | |
| Referência: CONDICIONANTES DA LICENÇA | | VALIDADE: 8 anos |
| ITEM | DESCRIÇÃO | PRAZO* |
| 1 | Apresentar relatório fotográfico comprovando a adequação da área de abastecimento de veículos e a instalação de caixa separadora de água e óleo. | 120 dias |
| 2 | Executar o Programa de Automonitoramento conforme definido pela SUPRAM TMAP no Anexo II. | Durante a vigência da LO |

* A partir do recebimento do certificado de LO.

Eventuais pedidos de alteração no prazo de cumprimento da condicionante estabelecida no Anexo deste Parecer Único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM TMAP, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.



Anexo II

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO

| Itens | Descrição | Freqüência |
|-------|---|----------------|
| 1 | Comprovar com laudo técnico a estanqueidade da lagoa do sistema de tratamento de efluentes da suinocultura. | Anualmente |
| 2 | Monitorar o sistema de tratamento (condução, armazenamento, etc.) de efluentes gerados no processo produtivo da suinocultura, evitando o derramamento do mesmo; | Semanalmente |
| 3 | Para o monitoramento da eficiência do sistema de tratamento dos dejetos da suinocultura, deverão ser feitas amostragens na entrada e saída do mesmo, observando os seguintes parâmetros: DBO, DQO, pH, nitrogênio total, fósforo total, potássio total, cobre e zinco. | Anualmente |
| 4 | Realizar análise química do solo nas camadas de 0 a 20 cm e 20 a 40 cm, onde deverão estar contemplado os seguintes parâmetros: ph, N, P, K, Al, Na, Cu, Zn, Ca, Mg, CTC, matéria orgânica e saturação de bases, para uma correta aplicação de adubos químicos e orgânicos; | Anualmente |
| 5 | Observar se não está havendo produção de odores desagradáveis ou escorrimento de líquidos nas composteiras. | Diariamente |
| 6 | Enviar semestralmente à SUPRAM TMAP, até o dia 20 do mês subsequente, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações. | Semestralmente |

Modelo de planilha de resíduos sólidos

| RESÍDUO | | | | TRANSPORTADOR | | DISPOSIÇÃO <u>FINAL</u> | | | OBS. |
|-----------------------|--------|---|--------------------------|---------------|-------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|------|
| Denominação | Origem | Classe | Taxa de geração (kg/mês) | Razão social | Endereço completo | Forma (*) | Empresa responsável | | |
| | | | | | | | Razão social | Endereço completo | |
| | | | | | | | | | |
| (*)1– Reutilização | | 6 – Co-processamento | | | | | | | |
| 2 – Reciclagem | | 7 – Aplicação no solo | | | | | | | |
| 3 – Aterro sanitário | | 8 – Estocagem temporária (informar quantidade estocada) | | | | | | | |
| 4 – Aterro industrial | | 9 – Outras (especificar) | | | | | | | |
| 5 – Incineração | | | | | | | | | |



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental

Os resíduos devem ser destinados para empreendimentos ambientalmente regularizados junto à administração pública.

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a SUPRAM TMAP, para verificação da necessidade de licenciamento específico;

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendimento;

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

IMPORTANTE:

- OS PARÂMETROS E FREQUÊNCIAS ESPECIFICADAS PARA O PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES A CRITÉRIO DA ÁREA TÉCNICA DO SUPRAM-TMAP, FACE AO DESEMPENHO APRESENTADO PELOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE EFLUENTES.
- A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS ITENS DESTE PROGRAMA DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART, EMITIDA PELO(S) RESPONSÁVEL (EIS) TÉCNICO(S), DEVIDAMENTE HABILITADO(S);
- QUALQUER MUDANÇA PROMOVIDA NO EMPREENDIMENTO, QUE VENHA A ALTERAR A CONDIÇÃO ORIGINAL DO PROJETO DAS INSTALAÇÕES E CAUSAR INTERFERÊNCIA NESTE PROGRAMA DEVERÁ SER PREVIAMENTE INFORMADA E APROVADA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL.
- EVENTUAIS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO NOS PRAZOS DE CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES ESTABELECIDAS NOS ANEXOS DESTE PARECER ÚNICO PODERÃO SER RESOLVIDOS JUNTO À PRÓPRIA SUPRAM, MEDIANTE ANÁLISE TÉCNICA E JURÍDICA, DESDE QUE NÃO ALTEREM O MÉRITO/CONTEÚDO DAS CONDICIONANTES.